



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO,
CONSERVAÇÃO, RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E
SINALIZAÇÃO DAS VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO
DE SÃO GONÇALO RJ.**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

REV.04

1 - INTRODUÇÃO

As condições precárias do pavimento asfáltico das vias urbanas por falta de manutenção e conservação em sua infraestrutura, são causadoras, dentro dos diversos aspectos, de exclusão de segurança e locomoção de seus usuários, comprometendo a vida útil dos investimentos em infraestrutura. Dito isto, o Registro de Preços em questão visa assegurar aos munícipes da cidade de São Gonçalo uma melhor qualidade de vida no que tange à acessibilidade, segurança e tráfegabilidade, proporcionando significativas melhorias na malha viária da cidade.

Contudo, as contratações municipais produzem significativo impacto econômico, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de políticas públicas. Neste sentido, um adequado planejamento garante contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas metodologias ofertadas pelo mercado, resultado na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos.

Neste contexto, o presente documento apresenta os estudos técnicos preliminares que visam assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pretendida e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou o Projeto Básico.

2 –DEFINIÇÃO DO OBJETO

“REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E SINALIZAÇÃO DAS VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO RJ”, processo administrativo nº 12.614/2023.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

3 – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Os serviços atenderão à demanda na solução de problemas de manutenção e conservação da infraestrutura da malha viária de toda cidade, estimada em 800km de vias principais, traduzidos em cerca de 6.000.000m² sujeitos à manutenção e conservação, com vistas a garantir aos munícipes a oportunidade de uma melhor locomoção e segurança. Além disso, a manutenção e conservação do pavimento proporcionará uma melhor trafegabilidade dos veículos de transporte motorizados ou não, como por exemplo, carros e bicicletas.

Devido a falta de investimentos neste setor nos últimos anos, registra-se uma demanda reprimida do objeto, onde a mesma somente começou a ser sanada a partir do ano de 2021, baseada nos registros da série histórica de contratação e despesas, conforme abaixo:

2017	2018	2019	2020	2021
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 14.000.000,00

As consequências do mau estado de conservação da malha viária e as perspectivas de agravamento da situação se traduzem em substanciais reflexos econômicos negativos, a saber:

- a) Efeito inibidor ao desenvolvimento de atividades econômicas;
- b) Perda de investimento construído ao longo de muitos anos, com desperdício de recursos e esforços;
- c) Acréscimo no consumo de combustíveis – até 58%;
- d) Acréscimo no custo operacional dos veículos – até 40%;
- e) Elevação do índice de acidentes – até 50%;
- f) Acréscimo no tempo de viagem – até 100%;
- g) Acréscimo, como consequência, no custo dos fretes e das passagens rodoviárias.

Segundo a área técnica de fiscalização, devido à ausência de informações fidedignas de execução dos serviços objeto do presente em exercícios anteriores a 2021, até o momento da elaboração deste Estudo já foram identificados trechos com necessidades de reparos e manutenção, conforme a tabela abaixo. Entretanto, considerando que incidem variáveis como intempéries, intensidade de tráfego e desgaste natural (e.g.), **a demanda estimada tem por base inicial a tabela a seguir, não representando o rol exaustivo de toda e qualquer necessidade de intervenção em outras vias pavimentadas que venham a ser identificadas no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços ou do futuro e eventual contrato dela resultante.**

Tal esclarecimento se faz necessário em não sendo possível estimar com precisão, posto que, além de sujeito às variáveis de incidência, provém de diversas fontes, tais



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

como reclamações de usuários, inspeções de rotina com levantamento de campo, solicitações legislativas (dentre outras), o que justifica a adoção do sistema de registro de preços face à impossibilidade de fixar com exatidão o quantitativo do objeto a ser contratado, assim como a habitualidade e frequência dos serviços necessários:

Levantamento preliminar, utilizado para estimar 12 meses de serviço:

BAIRRO	Extensão (km)
Alcântara	8,20
Amendoeira	2,52
Antonina	2,02
Barracão	0,50
Boa Vista	3,78
Boaçu	7,94
Brasilândia	1,01
Centro	1,16
Coelho	0,97
Colubande	7,57
Engenho Pequeno	6,81
Estrela do Norte	1,01
Galo Branco	5,93
Gradim	7,06
Ipiiba	1,16
Itauna	1,89
Jardim Catarina	6,21
Jóquei	4,67
Lindo Parque	2,13
Mutondo	2,14
Mutuá	5,82
Mutuaguaçu	3,03
Neves	4,04
Nova Cidade	3,10
Pacheco	3,78
Porto da Pedra	2,40
Porto do Rosa	3,10
Raul Veiga	2,52
Rocha	4,85
Sacramento	4,10
Santa Catarina	1,26
Santa Izabel	5,67
São Miguel	0,63
Trindade	5,04
Vila 3	2,77
Vista Alegre	2,65
Zé garoto	0,88
Total	130,35

Diante do cenário de impossibilidade de estimar com precisão o quantitativo de intervenções, dado que decorre de diferentes variáveis, propõe-se, para a licitação em análise, a sistemática de registro de preços (SRP), observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, pela Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e, no que couber, toda legislação aplicável à espécie.

A lei 8.666/93 não faz referência direta à possibilidade de obras e serviços de engenharia a serem licitadas para o Sistema de Registro de Preços - SRP, o restringindo apenas para compras. Diante da menção no edital de toda legislação aplicável à espécie, referendamos o Decreto Federal nº 7.892/13, bem como a evolução de entendimentos do TCU e legislação mais recente.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Decreto Federal nº 7.892/13 que Regulamenta o Sistema de Registro de Preços estabelece em seu art. 3º as possibilidades de adoção do SRP sem qualquer distinção de natureza.

“Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.”

Conforme o entendimento do TCU (Acórdão 1238/2019), apenas serviços comuns de engenharia podem ser contratados via Sistema de Registro de Preços e desde que envolvam, em princípio, a execução de atividade de pouca relevância, simples, típicas de intervenções isoladas, que possam ser objetivamente definidas conforme especificações usuais no mercado, com natureza padronizável e pouco complexa.

Para tanto, é recomendável a existência de parecer técnico emitido pela área de engenharia responsável pela contratação ratificando essa conclusão.

Em que pese o fato de ser referendada a Lei Federal nº 8.666/93 para a modalidade concorrência pública e demais normas que regem a matéria de registro de preços, entendemos pertinente e oportuno mencionar, **de forma meramente exemplificativa**, posto que vedada a utilização concomitante, a Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/21) que consolidou este entendimento em seu art. 85, expondo a possibilidade de contratação de obras e serviços de engenharia pelo SRP, desde que atendidos os seguintes requisitos:

“Art. 85. A Administração poderá contratar a execução de obras e serviços de engenharia pelo sistema de registro de preços, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - existência de projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.”

Assim, a adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de se definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, a necessidade permanente e frequente, bem como não se poderia realizar o reparo do pavimento asfáltico com a brevidade necessária, ante a obrigação de se observar longo processo licitatório para esse fim, mostrando-se a alternativa mais adequada do ponto de vista técnico e econômico.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Ainda com o intuito de justificar a adoção do sistema de registro de preços, convém ratificar o entendimento acerca da compatibilidade do objeto como serviços comuns de engenharia.

As hipóteses admitidas e os cuidados para adequada motivação deste tipo de contratação foram bem observadas pelo Ministro Benjamin Zymler¹ ao asseverar, em resumo, que a justificativa fundamental a ser utilizada pelo gestor ao motivar a contratação dos projetos deve ser o seu enquadramento como um serviço “comum de engenharia”. Ponderou o e. Ministro que se enquadram na categoria de serviço comum de engenharia determinados projetos que envolvem objetos de baixa complexidade executiva e pouco esforço intelectual, que não envolvem um esforço elevado de concepção nem admitem variações relevantes nas soluções ou metodologias executivas. Tal como se verifica no serviço de manutenção e reparo, pretendidos com esta contratação.

Em suas colocações, o Ministro citou especificamente como serviços comuns de engenharia o objeto semelhante ao aqui tratado, a saber:

“Permito-me mencionar outros exemplos de projetos que podem ser caracterizados como serviços comuns de engenharia, admitindo o uso do pregão eletrônico. Seria o caso de um projeto de obra de recapeamento asfáltico das avenidas de um município ou o projeto para restauração de uma rodovia. Novamente estamos falando de projetos com pouca concepção, via de regra, cujos esforços estão concentrados principalmente nos levantamentos da situação das vias, a partir da qual ocorrerá a definição, especificação, quantificação e precificação dos serviços.” (*inclusive)*

Desta forma, diante da impossibilidade de definir previamente o quantitativo, porquanto sujeito a variáveis de ocorrência, da necessidade permanente e frequente, assim como a caracterização adequada como serviços comuns de engenharia, a definição do objeto a ser contratado se amolda à hipótese de concorrência pública pelo sistema de registro de preços, na forma prevista na legislação de regência, apresentando-se como técnica e economicamente viável, tendo em vista que os preços permanecerão fixos e irredutíveis durante toda a vigência da Ata e o orçamento elaborado a partir de índices oficiais de preços, garantindo assim a economicidade.

O presente estudo contempla vias consolidadas, com baixa trafegabilidade e que não necessitam de intervenções específicas, o que permite sua padronização, parcelamento e remuneração por unidade de medida — características de serviços comuns de engenharia.

Neste sentido, o TCU, em contratações na esfera federal, vem considerando inclusive necessária a realização de pregão em caso de contratação de serviços comuns de

¹<https://portal.sollicita.com.br/Noticia/16583>



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

engenharia, Acórdão 3144/2012 – PLENÁRIO². No caso avaliado pelo TCU, os serviços contratados se enquadrariam no que o DNIT, ver Manual de Conservação Rodoviária³, considera como serviços comuns de engenharia. Assim, se é possível a realização por Pregão, tanto mais por concorrência, cujo prazo de publicidade é significativamente maior, ampliando a ciência de interessados e por conseguinte, a ampla participação de interessados.

As questões relativas ao parcelamento ou não serão definidas no tópico próprio do presente documento, no item 9.

4 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

O projeto estabelece as condições técnicas a serem obedecidas na execução dos serviços comuns de engenharia, fixando os parâmetros a serem atendidos para materiais, serviços e equipamentos, e constituirão parte integrante dos contratos a serem eventualmente firmados.

O município de São Gonçalo possui malha viária pavimentada estimada em 800km. Os trechos inicialmente identificados, sujeitos às intervenções possuem a extensão de aproximadamente 75km de recomposição de pavimento e 20km de manutenção e recuperação de passeio e 10.000,00m de meio fio. Significa dizer que o levantamento inicial de vias de 130km, constantes da tabela de arreamento estimada (mas não limitada a) para 2023 e 2024, serviram de base para a elaboração do presente estudo e correspondem a cerca de 16,6% do total de vias pavimentadas e, portanto, sujeitas à intervenções. (item 3.5.b. do relatório CAD-Mobilidade, processo TCE RJ nº 244.604-6/23).

Visando ao conhecimento da capacidade estrutural do pavimento, como medir, calcular e determinar as deflexões recuperáveis, recomenda-se a utilização da viga de Benkelman, no total de 7.500 pontos, correspondente aos ensaios antes e depois das

²“5. A contratação de serviços comuns de engenharia que possam ser objetivamente definidos em edital, aí incluídos os relativos à conservação de rodovia, deve se dar por meio de pregão. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit, ex-Diretor dessa entidade e duas empresas de engenharia interpuseram pedidos de reexame contra deliberação do Tribunal, proferida por meio do Acórdão 1.936/2011 - Plenário, em que se examinou auditoria em obras de manutenção de trechos rodoviários na BR-163/MT. No âmbito dessa auditoria, foram avaliados oito contratos firmados para execução de intervenções ao longo da rodovia. Esses contratos englobavam atividades típicas de conservação (mais simples) e também de restauração rodoviária (mais complexas). O Tribunal, com base nos achados de auditoria, considerou “indevida a licitação de serviços de conservação rodoviária por meio de concorrência pública e determinou ao Dnit, no item 9.8.1, que passasse a utilizar-se da modalidade pregão em certames para contratação do referido objeto”. A unidade técnica, ao posicionar-se favoravelmente à manutenção dessa determinação, ressaltou que “a jurisprudência desta Corte, interpretada em consonância com o Decreto 5.450/2005, definiria como obrigatória a utilização da modalidade pregão para serviços comuns, inclusive de engenharia”. E também que os serviços de conservação devem ser classificados como comuns. A relatora, contudo, ao ter em vista os objetos dos contratos examinados na auditoria, entendeu que “os serviços de manutenção rodoviária não podem, indistintamente, ser considerados comuns, ‘de prateleira’, passíveis de TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO Informativo de Licitações e Contratos nº 133 4 objetiva definição em edital”. E mais: “O escopo das intervenções é que definirá como comuns ou específicos os serviços e, por isso, penso que cabe ao gestor público avaliar, em cada caso, se os serviços a serem licitados são comuns – o que o obrigaria a utilizar a modalidade pregão – ou complexos a ponto de afastar a referida modalidade” – grifou-se. Acrescentou que “A existência de normativos técnicos que esboçam o escopo dos serviços não é suficiente, por si só, para definir a atividade como de baixa complexidade”. O Tribunal, então, ao acolher proposta da relatora, decidiu: a) dar provimento parcial ao recurso interposto pelo Dnit e tornar insubsistente o subitem 9.8.1 do acórdão 1.936/2011-Plenário; b) dar ciência à Autarquia de que, “quando da contratação de serviços comuns, aí incluídos os relativos à conservação rodoviária que possam ser objetivamente definidos em edital, a utilização do pregão é obrigatória”. Acórdão nº 3144/2012-Plenário, TC-005.868/2009-7, rel. Min. Ana Arraes, 21.11.2012.”

³https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/ipr/coletanea-de-manuais/vigentes/710_manual_de_conservacao_rodoviaria.pdf



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

intervenções, nos trechos já identificados.

Para justificar o quantitativo previsto para troca de base e sub-base e a foi realizado inspeções visuais nas principais vias do município, quantidades essas que serão posteriormente confirmadas através do estudo deflectométrico (viga Benkelman), previsto na planilha orçamentária, que tem a finalidade de medir as deflexões do pavimento.

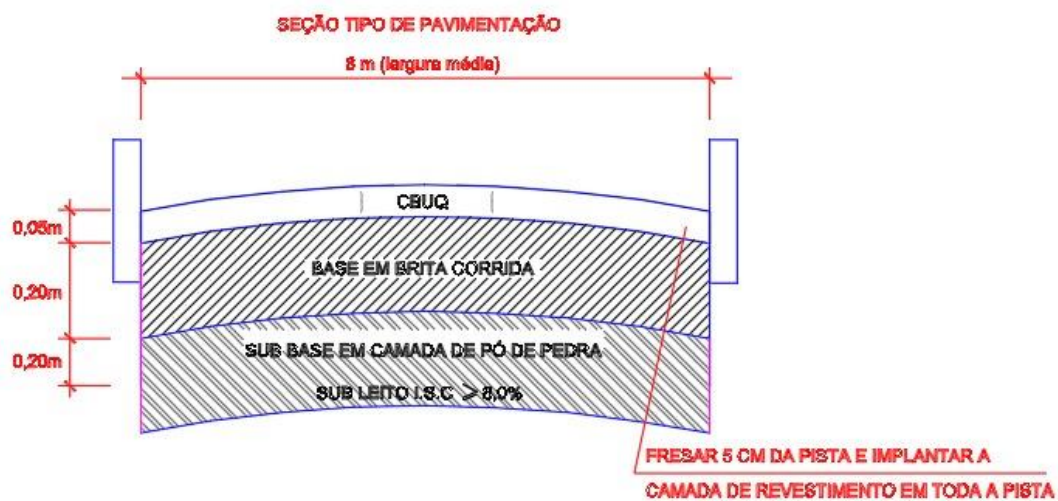
A Viga Benkelman é um dispositivo mecânico que mede, por meios não destrutivos, os deslocamentos verticais de um ponto de contato no pavimento, entre as duas rodas duplas de um caminhão, sob um eixo de carga, com uma determinada pressão de pneus e uma carga pré estabelecida para esse eixo. Essa metodologia de ensaio estabelece como base a norma DNIT 133/2010, o qual trata da determinação das deflexões do pavimento através da aplicação da viga Benkelman, visando conhecer a capacidade estrutural do pavimento. Desta forma, a Viga Benkelman mede a flecha máxima da linha de deformação elástica do pavimento sob a ação de uma carga.

Para os ensaios a serem realizados nos 75.000,00m de vias previstos, foi determinado 1 (um) ponto para cada estaca (20 m), alternando entre os bordos e eixo. Os ensaios deverão ser feitos antes do serviço, para determinar a necessidade e depois do serviço, para aferir a conformidade, justificando o quantitativo de 7.500 pontos previsto .

A estrutura das ações corretivas será composta por 5 cm de revestimento asfáltico. Os serviços ainda incluirão, recuperação de base e sub-base nos trechos que os ensaio de deflexões apontarem a necessidade, e também a recomposição de passeios e meios-fios, observados os itens EMOP para cada composição de custo, conforme identificado no desenho seção tipo, abaixo:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO



NOTA: PRELIMINARMENTE EFETUAR REFORÇO DA CAMADA DE SUB LEITO ONDE NECESSÁRIO.

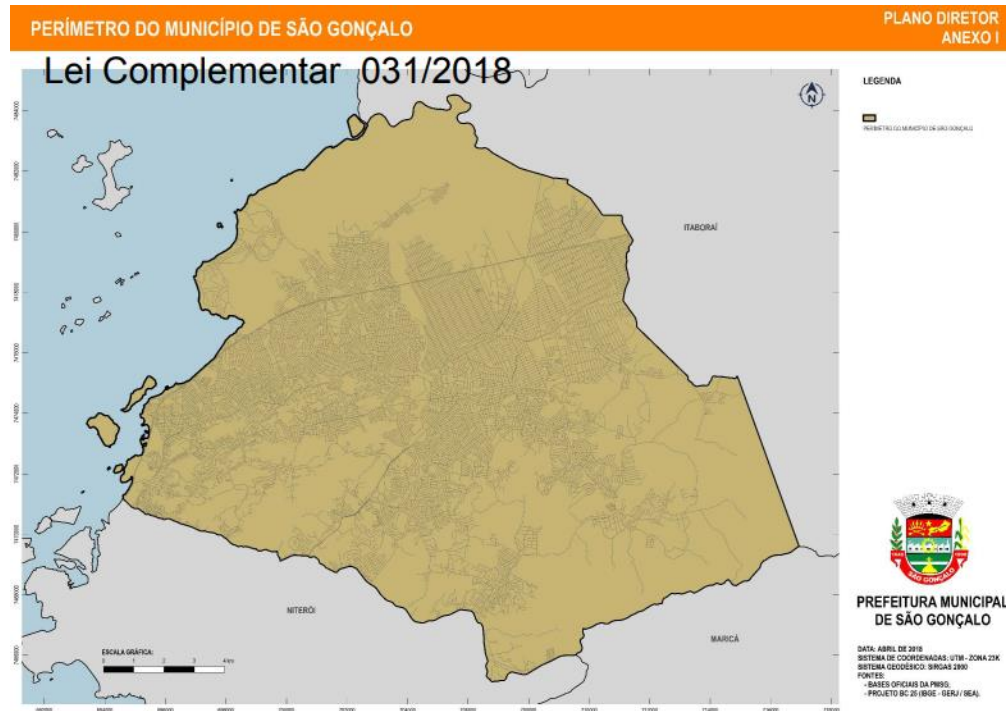


(inclusão de desenhos, em atendimento ao ITEM 3.5.a do relatório CAD-Mobilidade no processo TCE RJ nº RJ 244.604-6/23)

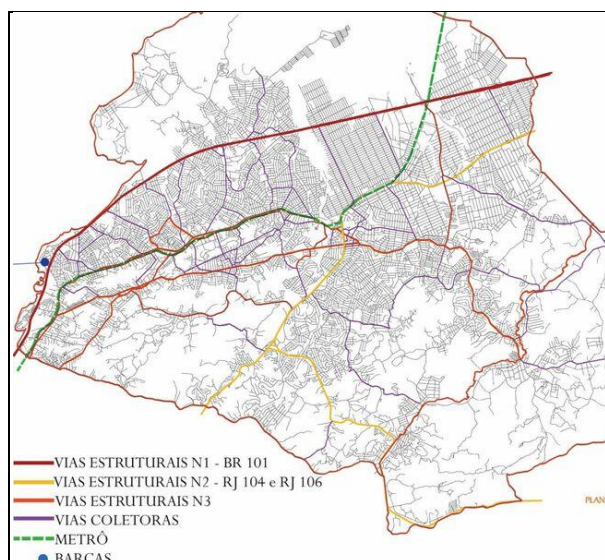


ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Caracterização Viária – Fonte: Secretaria Municipal de Transportes



Classificação Viária segundo o Plano Diretor⁴

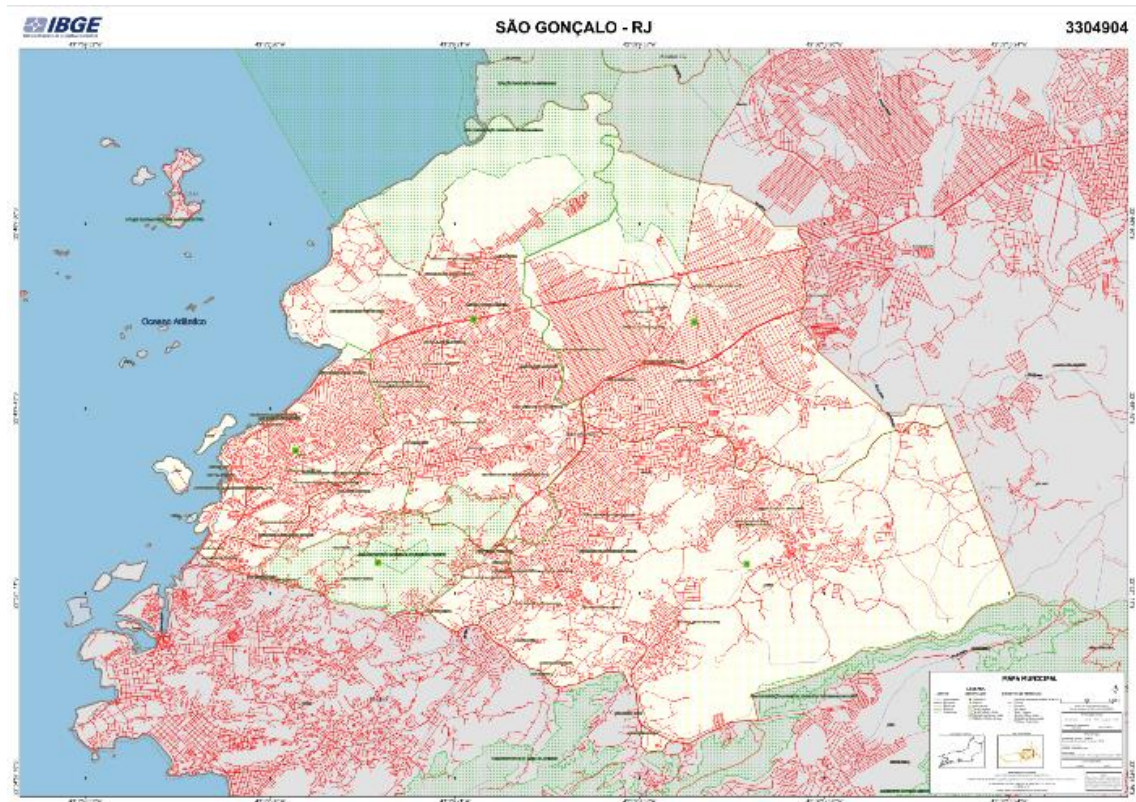


⁴Classificação oficial segundo o plano diretor, publicada em 22 de julho de 2009. Disponível oficialmente no site da Prefeitura > [https://www.saogoncalo.rj.gov.br/ Prefeitura] em Portais > [https://servicos.pmsg.rj.gov.br/transparencia/ Transparência] > Legislações > [https://servicos.pmsg.rj.gov.br/legislacao.php Legislações] > Legislação Urbana > [https://servicos.pmsg.rj.gov.br/urbanismo/legislacaoUrbana.php Visualizar] >



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Malha viária do Município de São Gonçalo



5 – ESTIMATIVA DO VALOR E PRAZO

O valor estimado da Ata de Registro de Preços dos serviços é de **R\$ 66.655.384,18** (sessenta e seis milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e oitenta e quatro reais e dezoito centavos), de acordo com o apurado na planilha Anexo III-b Sem Desoneração, e prazo de vigência de 12 (doze) meses, improrrogáveis, na forma da Lei.

Os contratos eventualmente firmados em decorrência da utilização da Ata de Registro de Preços serão regidos pelos dispositivos da Lei 8.666/93, podendo ser alterados, observados os critérios previstos nos art. 57, inciso II e art. 65 do referido diploma.

6 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O objeto a ser licitado, por suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, se dará por meio de licitação, na modalidade de Concorrência Pública, pelo Sistema de Registro de Preços, tipo menor preço global, executada pelo regime de empreitada por preço unitário.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Serão desclassificadas propostas que contenham valores unitários superiores aos estimados na planilha orçamentária ou que sejam manifestamente inexequíveis, resguardado o direito de demonstrar objetivamente a exequibilidade dos preços, nos moldes previstos no art. 48 da Lei 8.666/93.

Os serviços contemplados no pretendido Registro de Preços poderão ser executados em diversas vias do município de São Gonçalo, sob demanda e mediante ordens de serviço, planejadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano por prioridade, tendo por base a relação inicial, mas não limitada a, constante da tabela anteriormente informada, conforme previamente justificado.

Os serviços serão prestados por empresa especializada, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no Projeto Básico a ser elaborado.

A prestação dos serviços comuns de engenharia não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a administração pública, vedando-se qualquer relação entre eles que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

7 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

Não é o caso da contratação em tela, tendo em vista a natureza do objeto, pois há no mercado nacional diversas empresas de engenharia para realização de serviços por preço unitário, estimados por preços oficiais Tabela EMOP e SCO-RIO, o que possibilita ampla concorrência e vantagens à administração pública, propiciando transparência, economicidade e legalidade para a requerida contratação.

Assim, foi elaborada pela equipe técnica responsável pelo planejamento da licitação planilha orçamentária, acompanhada de sua memória de cálculo onde são discriminados os valores unitários estimados de todos os materiais e serviços que serão aplicados na contratação.

Vale ressaltar que a referência da planilha orçamentária baseada nas tabelas EMOP, SCO-RIO supre a pesquisa de preços de mercado, conforme Decreto Federal nº 7.983, de 08 de abril de 2013 e publicação "Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias públicas—TCU".



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

8 – IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Ação	Impactos	Atributos	Medidas mitigadoras
Alocação de Mão de obra.	Geração de renda, emprego, impostos e tributos; incremento de estrutura produtiva e estrutura de serviço.	Benéfico, direto, local temporário imediato e reversível.	
Terraplenagem (cortes, aterros, bota-Foras e áreas de empréstimo)	Emissão de material particulado, ruído e vibrações; alteração do perfil das encostas; Degradação dos solos e riscos de erosão; aumento de carga sólida e redução da disponibilidade hídrica; alteração da paisagem e Degradação do patrimônio natural e cultural; modificação na Forma de ocupação do solo.	Adverso, direto/indireto, local permanente, imediato/médio e longo prazo e reversível/irreversível.	Otimização da compensação de corte e de aterros; limitação de terraplenagem às áreas de intervenção; controle de estabilidade geotécnica de taludes; controle de erosão e reabilitação das áreas degradadas; proteção de nascentes e cursos d'água; destinação de parte dos rejeitos à usina de propriedade do município, para reaproveitamento em outras aplicações.
Preparação da base e Pavimentação	Alteração do microclima; Ruídos e vibrações.	Adverso, direto/indireto, local temporário/permanente, imediato e reversível/irreversível.	Revegetação adequada da faixa de domínio; dimensionamento adequado do sistema de drenagem.
Usina de Asfalto	Emissão de gases e material particulado; ruídos e vibrações; Alteração da paisagem e Conflito de uso do solo local.	Adverso, direto, local temporário, imediato, reversível.	Implantação de sistema de tratamento de emissões; avaliação ambiental dos locais de reabilitação das áreas degradadas.

Considerando-se que, quanto da elaboração do Projeto Básico, o art. 6º, inciso IX, da



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Lei Federal 8.666/93 impõe a obrigatoriedade do adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de acordo com o que fora inicialmente previsto, qual seja, o descarregamento de todo material fresado em aterro sanitário licenciado, informamos que tal medida se fazia necessária, porquanto não há no perímetro inferior ao do calculado para o descarte, local adequado para usinagem/reaproveitamento do material.

De acordo com o normativo, o projeto deve ser elaborado considerando a solução de menor impacto ambiental, como o reaproveitamento do material fresado nos serviços na execução de revestimentos e caminhos de trabalho/ acesso. No entanto, considerando a limitação da Usina de propriedade do município e que o transporte para fora do município se revela mais custoso do que o descarte no bota-fora, tal recomendação não se mostra técnica e economicamente viável, haja vista que a alternativa seria a recicladora a frio *in situ*. Tanto numa como noutra alternativa, resta prejudicada a viabilidade técnica, devido a necessidade de aplicação do revestimento a quente e a distância constitui um empecilho para aplicação na temperatura correta.

No entanto, com o intuito de adequar a situação às recomendações e determinações da zelosa CAD-Mobilidade nos autos do processo TCE RJ 244.604-6/23, foram promovidas nesta revisão, as seguintes alterações na planilha orçamentária, no que se refere a este item:

a) quanto a destinação/reaproveitamento do material fresado:

a.1.) 50% do material será destinado à usina de propriedade do município, que, por uma questão de espaço físico e capacidade de redução/granulação adequada, utilizará para outros serviços que não os previstos no presente objeto, tais como reparos e manutenção em vias não pavimentadas, onde haja necessidade;

a.2) foram excluídos da planilha os 50% citados no item a.1., relativos ao quantitativo de material a ser utilizado, mantendo 50% na destinação ao bota-fora, refazendo o cálculo dos referidos trajetos.

A necessidade de Licença Ambiental, conforme dispõem as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 001/1986 e nº 237/1997 e da Lei nº 6.938/1981, deverá ser providenciada pela contratada junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, antes do início dos serviços.

A contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT, assim como as normas de segurança do trabalho vigentes.

9 – JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO

O não parcelamento dos serviços é mais satisfatório do ponto de vista da eficiência



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

técnica, por manter a qualidade do investimento, haja vista que o gerenciamento permanece o tempo todo a cargo de um mesmo administrador, oferecendo um maior nível de controle pela Administração na execução dos serviços, cumprimento de cronograma e observância de prazos com a concentração da responsabilidade da construção e garantia dos resultados.

Ressalta-se que em serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa implica em atraso nas demais, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e final de entrega.

Há ainda o aspecto da economicidade a ser considerado na aglutinação. No âmbito da justificativa econômica para a reunião de itens em um único objeto licitatório, é importante registrar que o mercado tende a oferecer preços menores quando a contratação é realizada conjuntamente, posto que os custos administrativos/logísticos são menores do que aqueles existentes na contratação individualizada. Esse não é, isoladamente, o motivo para a reunião dos itens, mas deve ser considerado como mais um elemento na justificativa administrativa para o afastamento da regra geral do parcelamento, sobretudo porque trata-se de um serviço e não de fornecimento isolado de materiais e locação de equipamentos.

Pelas razões expostas, recomenda-se que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração pública, representando potencial prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, nos termos da Súmula 247 TCU.

O objetivo da norma é ampliar a competitividade, sobretudo porque algumas empresas podem não ter capacidade ou condições de ofertar a integralidade do objeto, mas apenas uma parte dele, razão pela qual a adjudicação conjunta inviabilizaria a participação delas no certame. Mas, como previamente informado, há um sem número de empresas aptas à prestação do serviço adjudicado de forma global, assim como o Edital poderá prever a participação de empresas reunidas em consórcio, ampliando o universo de interessados que isoladamente não poderiam participar.

De acordo com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, o parcelamento é a regra, sendo a adjudicação global exceção que deve ser previamente motivada no processo administrativo. Este entendimento foi inserido no Enunciado de Súmula n.º 247 nos seguintes termos:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Essa não é uma decisão fácil. Há, por exemplo, a possibilidade de que a adjudicação conjunta se justifique por razões econômicas, já que se os itens forem licitados separadamente poderá haver um risco de desinteresse das concorrentes em disputarem aqueles de valores menores, privilegiando os mais representativos da licitação. Isso pode acarretar, inclusive, o fracasso da licitação.

No caso presente, arrenda-se outra hipótese de exceção à regra geral do parcelamento do objeto em tantos itens quanto possível, aquela com fundamento em razões técnicas, ou seja, quando há necessidade sob o ponto de vista técnico, de que os itens sejam contratados conjuntamente, sob risco de não ser alcançado o objetivo da licitação, a saber, suprir a demanda administrativa.

Em relação à justificativa técnica para a associação dos itens, deve-se deixar bem claro no processo administrativo qual é efetivamente o risco para a administração com eventual contratação separada dos itens – o que neste caso, é o risco da não realização satisfatória do objeto.

Apesar de não constar expressamente do texto legal, há uma situação que também corrobora o agrupamento de itens. Trata-se da limitação na capacidade operacional e administrativa do órgão na gestão de uma quantidade expressiva de contratos. A depender do objeto, a contratação individual pode representar um custo de fiscalização e acompanhamento dos diversos contratos desproporcionais aos benefícios obtidos na separação dos itens. Essa situação é, inclusive, reconhecida pelo TCU:

(...) 9. Urge frisar, preliminarmente, que a adjudicação por grupo ou lote não pode ser tida, em princípio, como irregular. É cediço que a Súmula 247 do TCU estabelece que as compras devam ser realizadas por item e não por preço global, sempre que não haja prejuízo para o conjunto ou perda da economia de escala. Mas a perspectiva de administrar inúmeros contratos por um corpo de servidores reduzido pode se enquadrar, em nossa visão, na exceção prevista na Súmula 247, de que haveria prejuízo para o conjunto dos bens a serem adquiridos.

10. A Administração deve sopesar, no caso concreto, as consequências da multiplicação de contratos que poderiam estar reunidos em um só, optando, então, de acordo com suas necessidades administrativas e operacionais, pelo gerenciamento de um só contrato com todos os itens ou de um para cada fornecedor. É claro que essa possibilidade deve ser exercida dentro de padrões mínimos de proporcionalidade e de razoabilidade. (grifo nosso)- Acórdão 2.796/2013-Plenário



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

O simples fato de existirem no mercado empresas capazes de fornecer todos os produtos ou prestar diversos serviços não autoriza, por si só, a licitação conjunta do objeto, sendo este o entendimento do Tribunal de Contas da União, **que neste caso entendemos excepcionada, eis que justificadamente prejudicial ao interesse público ou da Administração.**

Essa definição sobre o parcelamento ou o agrupamento de diferentes pretensões contratuais em um lote/grupo da licitação foi objeto de ampla avaliação durante os estudos técnicos preliminares, revelado no diagnóstico do mercado para verificar a viabilidade de contratar o objeto conjuntamente.

Diante desse cenário legal e jurisprudencial, pode-se concluir que o parcelamento do objeto é decisão administrativa motivada a partir de elementos técnicos, econômicos e mesmo operacionais resultantes de avaliação do caso, razão porque não há um critério automático e geral para essa decisão, mas restou esclarecido neste item.

10 –ALINHAMENTO COM PLANEJAMENTO

Os serviços objeto dessa contratação serão financiados com recursos próprios, como Projeto Básico aprovado pela equipe técnica da SEMDUR.

1.1. Embora não seja necessário alocar recursos para Registro de Preços, visto que não gera de imediato nenhuma obrigação de despesa, para concretização dos serviços, indicamos haver a dotação orçamentária pelo programa de Trabalho nº **2059.15.451.2090.2089**, **Natureza de Despesas 4.4.90.51.00** e Fonte de Recurso **00, 14 e 47**.

11 –PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Antes da Licitação:

- a anexação, aos autos do processo administrativo, de cópia da ART, com guia de recolhimento quitada, mencionando no campo “Descrição/Informações complementares” que a mesma se refere ao Projeto Básico da licitação na modalidade Concorrência Pública nº 006/2023/ SRP, conforme o disposto no inciso IX, do art. 6º da Lei Federal nº 8.666/93, a fim de identificar a responsabilidade técnica de todas as atividades de engenharia compreendidas pelo mesmo, inclusive o orçamento, em atendimento ao item 3.4 da instrução da CAD-Mobilidade no processo TCE RJ 244.604-6/23;
- retirar incidência de BDI do item 2.3 da planilha orçamentária (código EMOP 08.015.0067-0) pelo fato de o mesmo já o conter em sua composição, em



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

atendimento ao item 3.1 da instrução da CAD-Mobilidade, no processo TCE RJ nº 244.604-6/23;

- Adotar a taxa máxima de BDI de “fornecimento de materiais e equipamentos” de 10%, de acordo com o boletim EMOP, para os serviços indicados de fornecimento, em atendimento ao item 3.2 da instrução da CAD-Mobilidade, no processo TCE RJ nº 244.604-6/23;
- Quanto ao item 3.3 da instrução da CAD-Mobilidade, no processo TCE RJ nº 244.604-6/23 encontra-se atendido, conforme consta do item 8, a.1. e a.2.
- Definir as parcelas de maior relevância de acordo com a jurisprudência do TCU.

Na Contratação:

- Designação formal o dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização dos serviços;
- Indicar servidores devidamente capacitados para exercer a fiscalização;
- Acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.
- Licenciamento ambiental.
- A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- Será emitida Ordem de Serviços acompanhada de literatura técnica pertinente com as especificações técnicas incidentes no caso específico.
- A ordem de serviços conterá:
 - Local da realização dos serviços;
 - Quantidade de M² a serem demandados para os serviços;
 - Valor Total da demanda (Quantidade de M² x Valor do M²);
 - Descrição completa da demanda com as respectivas peças técnicas pertinentes, quando houver;
 - Designação de fiscalização;
 - Identificação da Contratada;
 - Indicação Orçamentária ou de Empenho;
 - Demais disposições pertinentes conforme a singularidade da demanda;
 - Os serviços serão executados pela contratada dentro dos parâmetros legais e nos prazos e quantitativos previstos na literatura técnica que acompanhará a Ordem de Serviços;
- Sempre que a lei exigir ou a Ordem de Serviços determinar, deverá ser apresentada a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica ou equivalente;
- Após a conclusão os serviços serão recebidos técnica e administrativamente pela fiscalização e prosseguirão para processamento de liquidação e pagamento;
- A execução dos serviços será iniciada em até 10 dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviços.
- Os serviços de disposição final de material (bota-fora) devem ser acompanhados dos respectivos Manifestos de Transporte de Resíduos (MTR's), disponibilizando tais documentos no processo administrativo do



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

referido contrato.

- O item de “Administração Local” deverá ser medido/pago de acordo com a quantidade que expressar o percentual mensal de serviços executados. Caso haja necessidade de acréscimo do item de “Administração Local”, durante a execução contratual, seu valor não poderá ultrapassar a mesma relação percentual, entre o valor do referido item e o valor total contratado;
- A medição dos itens de transporte deverá indicar a origem, o destino e o percurso;

12 –DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO

Diante do exposto, evidencia-se a viabilidade econômica e técnica **DO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E SINALIZAÇÃO DAS VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO-RJ**, descritos anteriormente, consoante o inciso XIII, art. 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME. O projeto atenderá as expectativas de uma melhoria significativa da qualidade de vida dos munícipes da cidade de São Gonçalo.